AS NARRATIVAS SOBRE VITÓRIA DO MEARIM: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CIDADE

Thamires Vitória Dias Viana[1]

Sandra Regina Rodrigues dos Santos[2]

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte das categorias de memória e identidade para analisar como diferentes narrativas contribuíram para a construção da identidade histórica da cidade de Vitória do Mearim, no Maranhão. O Rio Mearim, que corta a cidade, é tomado como foco central do estudo, pois atua como principal suporte da memória coletiva e como referência simbólica no que diz respeito à origem e à trajetória urbana da cidade.

O ponto de partida para a investigação é a compreensão da cidade como um objeto dinâmico e multifacetado. Cidades são resultantes de experiências sociais, práticas culturais e das narrativas construídas por seus moradores ao longo do tempo. Henri Lefebvre (2006) demonstra que o espaço não é passivo ou neutro, mas produto das práticas, representações e experiências vividas pelos sujeitos. Nesse sentido, a cidade é um espaço simbólico no qual a memória, a história e as narrativas contribuem para a construção de uma identidade que é, ao mesmo tempo, social e espacial.

É fundamental destacar os estudos já realizados sobre Vitória do Mearim, os quais fornecem uma base sólida para a compreensão da trajetória histórica da cidade. Dentre esses estudos, destacam-se as obras de Washington Luís Maciel Cantanhêde, especialmente Vitória do Mearim dos primórdios à emancipação (1998) e Da Era da Emancipação à Era dos Intendentes (1999), que oferecem um panorama detalhado da história da cidade, desde o período colonial até o contexto republicano. As publicações da Academia Vitoriense de Letras (AVL) também fornecem um importante arcabouço para a compreensão da história local, por meio dos discursos inaugurais, dos elogios aos patronos e das sínteses biográficas que preservam a memória histórica e cultural de Vitória do Mearim.

Embora tais obras representem um avanço significativo, ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas. A obra de Cantanhêde possui uma abordagem mais voltada para a descrição dos eventos, em detrimento de uma análise historiográfica mais aprofundada, ressaltando a "história dos vencedores" e enfatizando grandes nomes e personalidades, o que algumas vezes ignora o papel das camadas populares como indígenas e ribeirinhos na formação da cidade. As publicações da AVL, por sua vez, tendem a priorizar uma abordagem descritiva e celebratória, o que restringe sua capacidade de explorar questões mais profundas sobre a história local.

Diante dessas constatações, a abordagem historiográfica adotada na presente pesquisa dialoga com as contribuições de Eric Hobsbawm (1984), que enfatiza a história como uma narrativa em constante reinvenção, onde não existem conclusões definitivas. A análise também se fundamenta no conceito de lugares de memória desenvolvido por Pierre Nora (1993) e nas contribuições de Sandra Pesavento (2007) sobre a cidade como espaço simbólico construído por práticas e representações humanas. Assim, o interesse por esta pesquisa nasce de uma necessidade particular de resgatar, como cidadã, a história e a memória da localidade, buscando abrir um novo olhar sobre a trajetória do povo vitoriense e correlacionando abordagens teóricas da historiografia com a análise das narrativas históricas da cidade.

1 Discente do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão; Bolsista PIBIC/FAPEMA.

2 Doutora em Políticas de Educação e Sistemas de Educativos, Docente Associada 2 ao Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: sandramoicana@yahoo.com.br

METODOLOGIA

A base metodológica da pesquisa é a abordagem qualitativa, inserida no campo da História Cultural, com foco na interpretação e análise a partir da perspectiva da história das representações. Busca-se a compreensão dos processos de formação identitária da cidade por meio da articulação entre território, personagens e memória coletiva, distanciando-se de uma historiografia tradicional centrada apenas na descrição de eventos.

A metodologia organizou-se em três eixos principais. O primeiro foi a revisão bibliográfica, articulando o que já foi escrito sobre a história local de Vitória do Mearim com teóricos da história e das ciências humanas, à luz dos conceitos de lugares de memória, patrimônio e identidade. O segundo diz respeito à análise documental, abrangendo as publicações da Academia Vitoriense de Letras, edições da Revista da Academia Arariense-Vitoriense de Letras (2001–2011) e documentos disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino Português (AHU). O terceiro eixo foi a pesquisa de campo, realizada por meio de três viagens pelo Rio Mearim, entre 2024 e 2025, com o objetivo de observar espaços de relevância para a história e para a constituição da identidade vitoriense, além da coleta de depoimentos de estudiosos locais e de moradores da região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O embasamento teórico para a utilização do conceito de memória neste trabalho fundamenta-se nas reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), responsável por sistematizar o conceito de memória coletiva no século XX. De acordo com o autor, a memória não é apenas o resultado de uma ação individual, mas é construída socialmente e depende dos grupos aos quais o indivíduo pertence. A memória individual só faz sentido quando situada em marcos sociais, pois constitui, na verdade, um ponto de vista sobre a memória coletiva, sendo moldada pelas referências, valores e experiências compartilhadas no interior de um grupo:

> No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 34).

Além disso, a reflexão de Halbwachs acerca do espaço permite compreender que os lugares assumem a função de organizar, fixar e dar coerência às lembranças compartilhadas, pois é no contato com o ambiente que os grupos encontram pontos de referência para recordar. O espaço se estrutura a partir do olhar da sociedade que participa ativamente da construção das recordações, oferecendo estabilidade e continuidade à memória.

Em consonância com essas ideias, Jacques Le Goff (2006) entende que a memória coletiva é um dos principais elementos formadores da identidade de um grupo. Para o autor, "a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje" (Le Goff, 2006, p. 461). Ao classificar os suportes da memória em topográficos, monumentais, simbólicos e funcionais, Le Goff demonstra que a memória coletiva se ancora em diferentes formas de permanência. Em Vitória do Mearim, isso pode ser percebido no Rio Mearim como espaço físico da história local, na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, no rio como símbolo de origem e nas festas e práticas institucionais da Academia Vitoriense de Letras, que reiteram essas narrativas.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Pierre Nora (1993) sobre os lugares de memória, os quais são vestígios do passado que desempenham papel crucial na formação da identidade coletiva. Para Nora, os lugares de memória são:

> [...] restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (Nora, 1993, p. 10).

Os lugares de memória pertencem simultaneamente a três domínios: o material, o simbólico e o funcional. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (Nora, 1993, p. 21). Em Vitória do Mearim, o Rio Mearim e a Academia Vitoriense de Letras se enquadram nessa definição: o primeiro como espaço físico que carrega séculos de práticas sociais, econômicas e culturais; a segunda como instituição que organiza, preserva e transmite o patrimônio simbólico da cidade.

Por fim, as contribuições de Sandra Pesavento (2007) permitem compreender que as cidades, para além de sua dimensão física, constituem espaços construídos pelo homem e marcados por decisões políticas e sociais. Para a autora, a cidade é também um imaginário, produzido pela palavra, pela música, pelas imagens e pelas práticas cotidianas daqueles que a habitam. Conforme a autora escreve: "às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia a dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias" (Pesavento, 2007, p. 1). É nessa dimensão simbólica que a identidade vitoriense se constituiu ao longo do tempo.

O papel do Rio Mearim

O Rio Mearim desempenhou papel central na história do Maranhão desde o século XVII, quando os primeiros exploradores franceses adentraram o seu interior por meio desse curso fluvial. As entradas pelos rios maranhenses constituíram a principal frente de ocupação no processo de colonização portuguesa, e o Mearim era uma das vias estratégicas para a conquista territorial e o estabelecimento de novas comunidades.

Esse processo de devassamento territorial tinha por objetivo quebrar a resistência inicial das etnias indígenas e estabelecer sobre elas a principal forma de exploração portuguesa: a escravização. Dentro desses mecanismos de dominação, o mais intenso foi a catequese exercida pelos missionários jesuítas ao longo do rio. Tal ação, embora aparente caráter pacífico, foi igualmente responsável pela desestruturação da cultura e da identidade dos povos Tabajaras, conforme argumenta Maria do Socorro Cabral:

> Além desses mecanismos, havia outro não menos devastador, a catequese, que contribuiu de forma efetiva para a conformação do índio aos padrões colonizadores. Desse modo, a Igreja teve participação decisiva no processo de colonização. [...] missionários, colonos, militares e autoridades civis, embora com algumas desavenças aqui e acolá, atuaram conjuntamente, de forma firme e segura, na tarefa de empreender a empresa conquistadora (Cabral, 1992, p. 63).

O rio foi também elemento primordial para o desenvolvimento econômico da região, funcionando como artéria conectora entre as áreas produtoras do interior e o litoral, e facilitando o intercâmbio de mercadorias, mão de obra e insumos que sustentavam a economia colonial baseada na monocultura. Ao longo de seu curso, instalaram-se diversos engenhos de cana-de-açúcar, que representavam o principal empreendimento econômico daquela época. Sobre isso, Cabral afirma:

> O rio Mearim, como o Itapecuru, tem um curso de grande extensão, cortando terras muito férteis. Berredo chamou-o de "príncipe soberano de todos os rios da Capitania do Maranhão", em função do grande número de fazendas e engenhos situados em suas margens (Cabral, 1992, p. 70).

Dentre esses empreendimentos, destaca-se o engenho de Manuel Beckman, situado às margens do rio, que simbolizava a força econômica da região e representava um ponto de convergência entre diferentes atores sociais e culturais. As tensões geradas pelo monopólio da Companhia do Comércio do Grão-Pará, estabelecido em 1682, culminaram na Revolta de Beckman (1684), cujos planos germinaram exatamente naquele engenho às margens do Mearim (Cantanhêde, 1998, p. 46).

O papel do rio extrapola o período colonial. Em 1836, já no contexto das lutas abolicionistas, o escritor e viajante Dunshee de Abranches percorre o Mearim rumo ao sertão maranhense, deixando relatos que revelam que o rio permanecia, naquele momento, a principal via de acesso ao interior. Na escrita de Abranches, o rio aparece como estrada natural e como eixo organizador da vida prática: transporte, comércio e comunicação dependiam dele. Trajetórias como a do abolicionista revelam, ainda, que o Mearim se tornava espaço de circulação de ideias e de projetos políticos.

Apoiando-se em Halbwachs (1990), o rio não constitui um cenário neutro sobre o qual a vida social se desenrola, mas um espaço marcado por experiências humanas, que estruturou deslocamentos, formas de sociabilidade e experiências cotidianas incorporadas à memória coletiva da cidade. O curso de água recorda diariamente aos cidadãos vitorienses as origens históricas da cidade. Esse lugar ou "resto" do passado, nos termos de Nora, carrega as marcas das transformações históricas e, ao mesmo tempo, representa um meio fundamental de subsistência para a população ribeirinha. Através da prática da pesca, grupos de pescadores deslocam-se, durante a estação chuvosa, entre os meses de janeiro e abril.

O rio Mearim é um dos espaços onde se constrói a identidade coletiva da cidade de Vitória, onde se realizam práticas culturais, rituais religiosos e saberes tradicionais, resistindo ao esquecimento. Essa resistência é expressa não em ações políticas organizadas, mas no dia a dia dos pescadores, lavadeiras, canoeiros e moradores das margens, que mantêm ativa uma relação ancestral com o rio estabelecida pelos povos originários. Em algumas comemorações religiosas, como a do padroeiro dos pescadores, São Pedro, ocorre a benção das águas, momento em que embarcações decoradas navegam pelo Mearim. Práticas que, ainda que rotineiramente invisibilizadas nas políticas culturais oficiais, reafirmam a sacralização do rio como espaço espiritual e de pertencimento coletivo.

De vila à cidade de Vitória do Mearim

Embora o termo "vila" fosse utilizado desde 1750 para denominar a ocupação populacional da Ribeira do Mearim, fato que pode ser observado na carta do Pe. Antônio Machado ao governador Mendonça Furtado, a condição jurídica e administrativa do local como vila de fato só aconteceu por meio de sua emancipação política em 1833. A "vila", nesse contexto histórico, era o primeiro núcleo de reunião com número significativo de habitantes, servindo como centro administrativo e religioso. Esse último aspecto era um dos principais motivadores para a denominação da Vila de Vitória antes de sua emancipação.

O processo de formação da cidade tem seu ponto inicial no pedido do nobre e vigário José da Cunha d'Éça para que a Igreja construísse um templo na Ribeira do Mearim, no lugar conhecido como Sítio Velho, tendo como unidade mantenedora um Curral ou fazenda no atual município de Arari, onde "existiam 500 almas privadas de sacramentos" (Marques, 1970 apud Cantanhêde, 1998). Com a autorização e a construção da igreja, foi iniciado o povoamento local. A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, fundada em 1723, não era apenas um lugar de culto, mas um centro administrativo por meio do qual as principais ordenações por parte do

Estado chegavam à região, o que explica o constante desalinho, na historiografia local, acerca da existência ou não da Vila antes de 1833.

Sobre esse período, é válido destacar a situação econômica da região. A conjuntura da povoação era de imensa precariedade, marcada pela extrema dependência das atividades agropastoris, que começavam a perder espaço dado o alto investimento que a Coroa proporcionava a outros distritos, como o do Itapecuru, deixando isolada a região da Ribeira do Mearim. A situação agravou-se ainda mais após a abolição da escravatura. Essa condição pode ser percebida na descrição que o abolicionista Dunshee de Abranches fez sobre a região, pouco depois da emancipação, em 1888:

> Arari, primeiro ponto em que tocamos, tinha um ar risonho e leve, contrastando com o aspecto taciturno de Vitória do Baixo Mearim, velha cidade decadente, que logo depois visitamos, e ainda mais empobrecida ficara com a recente libertação da sua basta escravatura (Abranches, 1993, p. 63).

Entretanto, mesmo sob tais condições, a população do Arraial de Vitória crescia de forma gradual. A dinâmica econômica marcada pela agricultura de subsistência era vital e permitiu aos residentes sustentarem-se e garantirem sua presença na área. O arraial também cresceu em importância como ponto de interligação cultural e espiritual, consolidando sua postura de centro administrativo e religioso. Tanto que, já em 1820, sua população era superior à de nove das doze vilas do Maranhão (Cantanhêde, 1999, p. 43), o que gerou o pedido, em 1822, para a criação da Vila do Mearim.

Tendo em vista a emancipação e elevação à categoria de Vila em 1833, foi implementado o município de Vitória. Posteriormente, em 1923, a sede do município foi elevada à condição de cidade por meio de lei estadual, que oficializou o nome de Vitória do Baixo Mearim. Quinze anos depois, por determinação do interventor Paulo Ramos, passou a receber a denominação de Baixo Mearim, o que muito desagradou aos seus habitantes. Finalmente, em 1948, foi instituído o topônimo definitivo: Vitória do Mearim.

Esse processo é resultado da atuação de diferentes atores e elementos que, muitas vezes, são esquecidos ou silenciados na narrativa oficial da história local. A perpetuação dessa trajetória atua como elemento fundamental na formação da identidade vitoriense, sendo esse legado histórico parte integrante do patrimônio cultural que compõe a cidade.

Os povos indígenas na construção identitária de Vitória do Mearim

Partindo da atualização da historiografia e dos estudos decoloniais, ao analisar a presença dos povos indígenas no processo de formação histórica de Vitória do Mearim, é possível observar as lacunas deixadas pelos estudos oficiais: silêncios, ambiguidades e representações estereotipadas nas narrativas dominantes.

O padre Antônio Machado, em seu relato de 1751, afirma que os Gamela, ao serem questionados sobre a catequese e a submissão à Coroa portuguesa, responderam coletivamente "sim", selando uma aliança pacífica com os colonizadores. Esse episódio é frequentemente apresentado como um marco fundador da pacificação da região, reforçando a imagem do missionário como agente civilizador e dos indígenas como receptivos à "ordem cristã". Entretanto, essa narrativa, por mais estabelecida que seja, não pode ser aceita sem problematização. O próprio relato registra que, logo após essa suposta aquiescência coletiva, dez indígenas fugiram do aldeamento junto ao vigário, o que evidencia que aqueles personagens atuaram de forma ativa contra as ações do colonizador, contrariando a imagem de submissão pacífica construída pela narrativa oficial.

Ao olhar para as descrições feitas pelo catequizador, é necessário lembrar que os religiosos não eram meros agentes dispostos apenas a levar a fé, mas parte integrante do projeto de colonização. O indígena, nesse contexto, é sempre colocado como o outro, aquele que precisa

ser salvo, civilizado ou integrado, nunca como sujeito de sua própria história. Exemplo disso são as impressões de Adolfo Varnhagem, citadas por José Carlos Reis:

> Eram segundo ele, uma gente nômade, que vivia em canibais, morava em aldeias transitórias, pouco numerosa em relação à extensão do território. Violentos, mantinham guerras de extermínio entre si; bárbaros, não nutriam os altos sentimentos de patriotismo (Reis, 2006, p. 35).

Essas questões necessitam ser trabalhadas, pois a história, enquanto elemento pedagógico, pode auxiliar na conscientização dos problemas enfrentados por essas populações até os dias de hoje. As definições de "bárbaros" e "não civilizados" não se limitaram ao período colonial, mas persistem de forma velada atualmente. Um exemplo disso é o uso do termo "índios" para designar as 255 etnias indígenas sobreviventes no território nacional, uma generalização que ignora as especificidades culturais, linguísticas e territoriais desses povos, reduzindo-os a uma única categoria homogênea.

Na base da história nacional brasileira é comum o enaltecimento dos grandes heróis responsáveis por levar a "civilização". Ao pensar a formação da cidade de Vitória do Mearim, é necessário abrir espaço não apenas para os "grandes homens", mas também para repensar o papel das populações indígenas nesse processo, e como foram duramente aniquiladas em seu território por questões que envolvem ambição, exploração e domínio. Uma violência que não pertence apenas ao passado, como no exemplo mais recente do holocausto da população Yanomami. Sobre o projeto colonizador que essas populações sofreram, Alfredo Bosi resume com precisão:

> A colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. [...] a Cruz vencedora do Crescente será chantada na terra do pau-brasil, e subjugará os tupis, mas, em nome da mesma cruz, haverá quem peça liberdade para os índios e misericórdia para os negros. (Bosi, 1992, p. 15).

O papel da Academia Vitoriense de Letras

A Academia Vitoriense de Letras (AVL) também desempenha um papel fundamental para a construção da memória da cidade de Vitória do Mearim. Ela funciona como um dos faróis da cidade que guia o povo vitoriense acerca de sua identidade, história e cultura. O mais interessante é que sua atuação não se limita às letras e à literatura, como ocorre com outras academias: ela também funciona como local de discussão de diversas áreas do conhecimento, com membros compostos por historiadores, pedagogos, bacharéis em direito, dentre outras formações. Essa característica enriquece ainda mais as produções realizadas pela instituição. Assim, a AVL, junto ao rio que corta a cidade, enquadra-se na definição de Pierre Nora (1993) como lugar de memória, um espaço que organiza, preserva e transmite o patrimônio simbólico da coletividade.

A instituição também se encarrega de registrar e documentar a história de figuras públicas importantes para a construção da cidade. Ao iniciar qualquer pesquisa sobre Vitória do Mearim, é por meio do material da academia e das produções de seus membros que se dão as primeiras investigações. Através das revistas publicadas, contendo os discursos dos seus membros, é possível conhecer, por meio da poética, um pouco mais acerca da cidade. Como exemplo, o discurso proferido pelo acadêmico Arimateia Coelho nos discursos iniciais de fundação da academia evoca os caminhos das florestas e rios para chegar a Arari:

> Até poucos instantes atrás, existiam apenas dois caminhos que ligavam a minha terra natal a esta. O primeiro caminho era o que desemborcava na trisidela desta cidade, - caminho de chão de barro escorregadio, amassado por muitos pés ansiosos. [...]

> Outro caminho era o rio Mearim, com as suas águas profundas. Temeroso, tanto pela sua fúria incontida das suas marés da pororoca, como pela sua ânsia de atingir o mar e, ao mar azul atingindo, se desfazer em um infinito de ondas e mistérios (Coelho, 2001, p. 13).

Além dos discursos de seus membros, a AVL conta com produção historiográfica de relevância, como as obras de Washington Luís Maciel Cantanhêde, que fornecem base sólida para a compreensão da história da cidade, e o estudo de Sandra Regina Rodrigues dos Santos sobre o sertão maranhense no contexto da Balaiada (2019), que amplia as perspectivas analíticas além do aspecto descritivo da história local.

As publicações, discursos e homenagens funcionam como mecanismos de transmissão cultural, garantindo que as gerações futuras tenham acesso a um legado rico e diversificado. Na ausência de um museu de história da cidade, a AVL funciona como um museu de escritos e repositório da memória vitoriense que, ao preservar o passado, sustenta a identidade do presente.

CONCLUSÃO

A análise empreendida confirma que a identidade de Vitória do Mearim não é resultado de uma história linear ou oficial, mas de um processo de construção narrativa no qual o Rio Mearim, os personagens fundadores e a Academia Vitoriense de Letras atuam como suportes simbólicos da memória coletiva. As obras bibliográficas e os documentos consultados comprovam o papel de destaque que o rio desempenhou na formação histórica e cultural da cidade, desde o contexto das primeiras ocupações coloniais.

Entretanto, os documentos e obras historiográficas sobre o rio e sobre a cidade apresentam lacunas com relação a outros aspectos da sociedade local. Os atores que mais aparecem na narrativa são clérigos, nobres, comerciantes e pessoas ligadas à elite colonial e imperial, sendo as camadas populares, indígenas e ribeirinhos, deixads de lado, figurando apenas como coadjuvantes da ação maior dos colonizadores.

Ao se estudar a Vila de Vitória, persiste ainda o questionamento sobre o que, afinal, se trata a vila: é aquela que Antônio Machado descreve em sua carta de 1750, ou aquela estabelecida juridicamente através da Resolução Régia de 1833? O mais consistente argumento é aquele que comprova o nascimento jurídico da Vila em 19 de abril, data na qual é comemorado o aniversário da cidade até os dias atuais, uma vez que o arraial, conforme Cantanhêde ressalta, não possuía nenhum status político formal, senão aquele conferido pela Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré.

A vasta documentação da Academia Vitoriense de Letras confirma que esta é um importante lugar de salvaguarda das produções dos intelectuais da região e um meio essencial de preservação da história da cidade. A AVL é, assim, um lugar de memória que preserva a cultura e a identidade de Vitória do Mearim e é também, para a historiografia local, o ponto de partida indispensável de qualquer pesquisa que busque compreender como essa identidade foi construída, narrada e transmitida ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge de Grajaú**. 2. ed. São Luís: Alumar, 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SECMA, 1992.

CANTANHÊDE, Washington Luís Maciel. **1784: e outros momentos marcantes da história de Vitória do Mearim**. São Luís: Do Autor, 2024.

CANTANHÊDE, Washington Luís Maciel. **Da era da emancipação à era dos intendentes**. São Luís: Lithograf, 1999.

CANTANHÊDE, Washington Luís Maciel. **Vitória do Mearim dos primórdios à emancipação**. São Luís: Lithograf, 1998.

COELHO, José de Arimateia Leite. **Discurso proferido pelo acadêmico Arimatéia Coelho, em Arari**. *In*: *Revista da Academia Arariense-Vitoriense de Letras*. São Luís: Edições AVL, ano 1, n. 1, abr. 2001.

GALVÃO, Trajano. **Sertanejas: com um prefácio da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1898.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Conexão Editorial, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-39, 1993.

OLIVEIRA, Leide Regia Mendes. **Análise dos problemas ambientais do trecho urbano do Rio Mearim em Arari, Maranhão, com base na percepção da população ribeirinha**. *Revista DAE*, Arari, p. 1-15, 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto: leituras da história e da literatura**. *História da Educação*, Pelotas, p. 31-45, set. 2003.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **O sertão maranhense no contexto da Balaiada: conflitos e contradições**. *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2., 2019, São Luís. *Anais* [...]. São Luís: Editora UEMA, 2019.

SILVA, Maria Francisca da; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos (org.). **Vitória do Mearim fundada sob o signo da cruz: história, cultura e memória**. Vitória do Mearim: [s. n.], 2023.

VERDE, G. C.; SILVA, A. L. S.; SILVA, A. C. A.; WETTERS, M. F. L. F.; PINHEIRO, N. C. A. **Uma análise da sustentabilidade socioambiental da disposição final de resíduos sólidos sobre o município de Arari, Maranhão**. *Revista Brasileira de Meio Ambiente & Sustentabilidade*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 326-345, 2021.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

REVISTA DA ACADEMIA ARARIENSE-VITORIENSE DE LETRAS. São Luís: Edições AVL, ano 1, n. 1, abr. 2001.

REVISTA DA ACADEMIA ARARIENSE-VITORIENSE DE LETRAS. São Luís: Edições AVL, ano 1, n. 3, abr. 2002.

REVISTA DA ACADEMIA ARARIENSE-VITORIENSE DE LETRAS. São Luís: Edições AVL, ano 4, n. 4, abr. 2004.

REVISTA DA ACADEMIA ARARIENSE-VITORIENSE DE LETRAS. São Luís: Edições AVL, ano 5, n. 5, abr. 2011.

SEMANÁRIO MARANHENSE. Maranhão, ed. 50, 1868. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br.